



Independência do Brasil: a Educação nas eleições municipais

07/09/2020 - Em [Artigos](#)

Blog da Reitoria nº 456, 7 de setembro de 2020

Por Prof. Paulo Cardim

**“Ensinar exige rigorosidade metódica” (Paulo Freire)
“Avaliar também” (Paulo Cardim)**

Há 198 anos, no dia 7 de setembro de 1822, o Brasil tornou-se independente de Portugal. O evento, conhecido como o Grito do Ipiranga, iniciou o processo de separação do Brasil do Reino de Portugal. D. Pedro de Alcântara de Bragança, então príncipe-regente do Brasil, foi proclamado, em 12 de outubro de 1822, como D. Pedro, Imperador do Brasil. Sua coroação deu-se em 1º de dezembro do mesmo ano. Estava consagrada a separação entre os dois reinos. Porém 7 de setembro ficou como uma data símbolo de nossa independência.

A independência do Brasil foi reconhecida pelo reino português somente em 29 de agosto de 1825, com o fim da chamada “Guerra da Independência” e a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro, também celebrado como Tratado de Amizade e Aliança, firmado entre Brasil e Portugal.

Dom Pedro enfrentou dificuldades financeiras para firmar o Brasil no concerto das nações. Seu pai, Dom João VI, ao retornar a Portugal, “limpou os cofres” do Banco do Brasil literalmente, deixando ao seu filho um Brasil sem reservas suficientes para um pretendido Império do Brasil. Esse ato acabou por decretar a falência, em 1829, do banco que ele mesmo tinha criado. O atual Banco do Brasil foi recriado, pelo Barão de Mauá, somente em 1851, na gestão do imperador D. Pedro II.

O ufanista Hino da Independência, cuja letra é de autoria do poeta Evaristo da Veiga (1799/1837), é marcado pelo refrão:

Brava gente brasileira
Longe vá, temor servil
Ou ficar a pátria livre
Ou morrer pelo Brasil

Essa “brava gente brasileira”, constituída, inicialmente, por aborígenes, portugueses e escravos africanos e seus descendentes, conseguiu, a duras penas, com a futura vinda de imigrantes de vários países do planeta, erguer o Brasil entre as dez maiores potências econômicas do planeta. O Fórum Econômico Mundial, contudo, coloca o Brasil em 71º lugar no ranking global de competitividade, numa escala de zero a cem. No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – (escala de zero a um) mais recente (2019), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o nosso país está em 79º lugar.

Mas entre a “brava gente brasileira” está uma elite política que, infelizmente, na sua maioria, não preza pelo padrão ético que poderia levar o Brasil a indicadores mais favoráveis, em todos os rankings das

nações mais desenvolvidas de nosso planeta. A corrupção, que assinalou o início do Brasil como nação independente, grassa em volume assustador, apesar da “Operação Lava Jato” e outros ingentes esforços da Procuradoria Geral da República (PGR). Temos a independência política, mas não a econômica. Esse fato vem à tona quando celebramos, em 7 de setembro de 2020, os 198 anos de nossa independência em relação ao colonizador, o Reino de Portugal.

País multirracial, o Brasil caminha para ser uma nação verdadeiramente independente, apesar da corrupção, ainda em níveis inaceitáveis nos países desenvolvidos. Essa miscigenação, no cenário político-científico, é um dos fatores favoráveis ao nosso propósito de ser um país com peso significativo no concerto das nações. A saída está na educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos em níveis de qualidade, no mínimo, satisfatória, em uma jornada para ser excelente.

Um país com o seu povo formado no mandamento constitucional (Art. 205) “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” estará entre os mais desenvolvidos do planeta. O art. 206 estabelece os princípios educacionais, centrado na “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” e no “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”, sem esquecer a “garantia de padrão de qualidade”.

A prioridade das prioridades para o Brasil ser realmente um país independente passa, obrigatoriamente, pela educação integral de seu povo. Vamos comemorar, com patriotismo, a nossa independência política, mas lutemos para que a Educação esteja em primeiro lugar, em todos os escalões governamentais, da Presidência da República aos municípios.

Esse movimento pode começar nas eleições municipais deste ano.

Em 2021 teremos 5.570 prefeitos e cerca de 57 mil vereadores, eleitos em novembro deste ano. Votemos somente nos candidatos a prefeito e câmara municipal que tenham a educação como prioridade das prioridades. E depois iremos cobrar, tenazmente, esse compromisso com o nosso povo e o desenvolvimento nacional, em todos os setores da economia.

A EDUCAÇÃO PELA QUAL BATALHAMOS TRARÁ A INDEPENDÊNCIA COM QUE TANTO SONHAMOS!

“É mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida a compreensão de seus deveres, que um povo ignaro, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso”.

“O papel da instrução é preparar e formar homens capazes e úteis à sociedade; o papel do governo é fornecer meios fáceis de se adquirir a instrução, disseminando escolas e patrocinando iniciativas boas confiadas à competência e ao amor de quem promove tão nobilitante tarefa”.

Prof. Carlos Alberto Gomes Cardim
Diretor da Escola Normal Caetano de Campos
Educador e Inspetor de Alunos, 1909
Irmão do fundador do
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
Pedro Augusto Gomes Cardim